



Corpo de uma mulher assassinada pelo ex-companheiro com dois tiros na cabeça, em 2020, em Muge, Salvaterra de Magos, é transportado para a morgue

Queixas não impedem homicídios conjugais

INVESTIGAÇÃO ♦ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra analisou 165 processos
RESULTADOS ♦ Em 42% dos casos existiam já denúncias anteriores por violência doméstica

ANA ISABEL FONSECA*

A investigação incidiu entre os anos 2000 e 2020, tendo sido analisados 165 casos de homicídios conjugais ou tentativas deste mesmo crime. Trata-se de um trabalho realizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que concluiu que em 42% dos casos existiam inquéritos anteriores devido a situações de violência doméstica. As queixas não travaram os agressores.

O estudo revela ainda que em 11 dos processos analisados existiam já repetidas denúncias, sendo que se verificava um comportamento persecutório e ameaçador. Só uma vítima apresentou

cinco queixas, que foram arquivadas. Em nove dos casos, as denúncias foram apresentadas pelas vítimas pouco dias antes do crime ou no próprio dia. A análise efetuada permitiu também concluir que quatro dos agressores tinham já sido condenados a penas suspensas por maus-tratos contra a mesma vítima. Num dos casos o suspeito estava a ser controlado por pulseira eletrónica. “Há uma taxa elevadíssima de arquivamentos. Tem de haver uma recolha de prova mais diversificada e mais efetiva. A centralidade da prova é colocada nas declarações da vítima, o que coloca uma pressão significativa sobre esta e aumenta

MAIORIA DAS VÍTIMAS AINDA É FORÇADA A SAIR DA PRÓPRIA CASA

o risco de absolvição ou arquivamento”, afirmou à agência Lusa a socióloga Madalena Duarte, que coordenou o projeto, dando conta de que muitas vezes as vítimas recusam prestar declarações em tribunal. Durante o estudo foram analisados casos de 23 comarcas e ouvidos magistrados, inspetores da Judiciária e peritos do Instituto de Medicina Legal. Foi ainda possível concluir que é necessário melhorar o protocolo seguido pela polícia e que na maioria dos casos a vítima continua a ter de sair de casa. “Enquanto Estado e sociedade, a resposta que estamos a dar não é digna. Não é legítimo que quem sofre de violência saia de casa”, disse a investigadora. ♦ *COM LUSA

PORMENORES

Avaliação de risco

O estudo destaca a importância da avaliação de risco da polícia. Se não for bem feita, pode levar a medidas de coação ou decisões não adequadas ao caso.

Violência prolongada

A socióloga Madalena Duarte diz que a maioria dos crimes não são premeditados, mas muitos acontecem “num contexto de violência prolongada”.

Outras alternativas

O uso mais frequente das declarações para memória futura é uma opção apontada, de forma a evitar o posterior silêncio das vítimas em tribunal.

o risco de absolvição ou arquivamento”, afirmou à agência Lusa a socióloga Madalena Duarte, que coordenou o projeto, dando conta de que muitas vezes as vítimas recusam prestar declarações em tribunal.

Durante o estudo foram analisados casos de 23 comarcas e ouvidos magistrados, inspetores da Judiciária e peritos do Instituto de Medicina Legal. Foi ainda possível concluir que é necessário melhorar o protocolo seguido pela polícia e que na maioria dos casos a vítima continua a ter de sair de casa. “Enquanto Estado e sociedade, a resposta que estamos a dar não é digna. Não é legítimo que quem sofre de violência saia de casa”, disse a investigadora. ♦ *COM LUSA